

Lula deve vetar PL da Dosimetria no 8 de Janeiro

Decisão deve ser anunciada durante solenidade oficial nesta quinta-feira

Por Beatriz Matos

O terceiro aniversário dos ataques às sedes dos Três Poderes, celebrado nesta quinta-feira (8), voltou a colocar o 8 de Janeiro no centro da agenda política em Brasília.

Além das solenidades oficiais em defesa da democracia, o dia deve ser marcado por uma decisão presidencial com forte impacto institucional: o veto ao chamado PL da Dosimetria, aprovado pelo Congresso no fim de 2025.

A expectativa é de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncie o veto integral ao texto durante o evento que relembra os ataques golpistas.

Mesmo em recesso parlamentar, o tema seguiu mobilizando lideranças políticas. Na quarta-feira (7), o líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ), afirmou que o governo já trabalha com o cenário de veto total e com a necessidade de articulação no Senado para impedir sua derrubada. Segundo ele, a base aliada calcula que será preciso reverter ao menos 34 votos.

Símbolo bolsonarista

O PL da Dosimetria ganhou peso político não apenas pelo conteúdo, mas pelo simbolismo.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Lula deve vetar a Dosimetria nos três anos do 8/01 e buscar os votos para manter o veto

A proposta passou a ser vista como uma alternativa indireta à anistia defendida por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado a 27 anos de prisão por crimes relacionados à tentativa de golpe.

Embora não preveja anistia explícita, o projeto altera critérios de cálculo das penas, abrindo margem para reduzir condenações impostas aos envolvidos nos atos de 8 de Janeiro. Ao longo da tramitação, nos bastidores do Congresso, a ampliação do esco-

po do texto gerou críticas de parlamentares de diferentes espectros ideológicos, que passaram a classificá-lo como um “atalho legislativo”.

Votação acelerada

Na Câmara dos Deputados, o projeto avançou em ritmo acelerado. Relatado pelo deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), o texto foi levado ao plenário em uma sessão que atravessou a madrugada de 10 de dezembro.

A votação terminou por volta das 4h, com 291 votos favoráveis, 148 contrários e uma abstenção, em um universo de 441 deputados presentes. A forma como a matéria foi apreciada ampliou o desgaste público do Congresso, especialmente nas redes sociais, onde a leitura predominante foi a de flexibilização de punições para crimes contra a democracia.

Senado impôs limites

Diante da repercussão, o Senado adotou uma postura mais

cautelosa. O relator, Esperidião Amin (PP/SC), reconheceu que o texto vindo da Câmara continha riscos jurídicos e políticos e passou a defender ajustes para evitar interpretações ampliadas.

Durante a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Amin acatou uma emenda do senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), que restringiu expressamente a aplicação da dosimetria aos condenados pelos atos de 8 de Janeiro. A mudança foi classificada como de redação, o que permitiu que o projeto seguisse direto para sanção, sem retornar à Câmara.

O texto foi aprovado no plenário do Senado em 17 de dezembro, por 48 votos a favor, 25 contrários e uma abstenção.

Novo embate

Agora, a proposta retorna ao centro do jogo político. Para o governo, o veto no aniversário do 8 de Janeiro funciona como um gesto institucional e simbólico, reafirmando o compromisso com a responsabilização dos ataques à democracia.

No Congresso, porém, a decisão deve reabrir tensões entre Executivo e Legislativo nos próximos dias, sobretudo, após o recesso parlamentar que vai acontecer em 1º de fevereiro.

Venezuela pode influenciar eleições

Por Gabriela Gallo

O conflito entre os Estados Unidos e a Venezuela, desde que os norte americanos invadiram o país latino-americano e sequestraram o então presidente venezuelano Nicolás Maduro, tem gerado uma série de incertezas e especulações sobre os impactos no Brasil. Mas, para além dos impactos diretos, começam as especulações acerca de como o episódio pode repercutir nas eleições deste ano.

O Correio da Manhã conversou com três analistas políticos sobre o questionamento e todos apontaram que ainda é cedo para se ter certeza de possível resultado eleitoral e, portanto, é necessário atenção para ver como só tema se alastrará até outubro de 2026.

Narrativa

Para a reportagem, o coordenador do curso de Relações Internacionais do Ibmec BH Adriano Gianturco concorda que, caso as eleições brasileiras ocorressem no

atual cenário, o tema seria uma pauta em que tanto a direita quanto a esquerda “puxariam cada um com sua interpretação e a sua narrativa”.

Para Gianturco, a prisão de Maduro “fortalece mais a esquerda, que reclama da violação da soberania, de uma invasão ao território de forma ilegal e da quebra do direito internacional”.

Na mesma linha, o cientista político e coordenador de Análise Política na BMJ Consultores Associados Lucas Fernandes completou que o pano de fundo da situação apresenta um cenário mais complexo “que diz respeito à segurança e soberania nacional”.

“Se os Estados Unidos fazem isso com um país que é nosso vizinho amazônico, tem uma região de fronteira com o Brasil muito extensa, numa área de difícil acesso, onde não é tão fácil você colocar um contingente militar muito forte, o que impediria os Estados Unidos de fazerem a mesma coisa com o Brasil? Então, esse aspecto

da soberania pode ser bastante explorado e quem se posicionar fortemente a favor do [presidente dos EUA Donald] Trump, pode se prejudicar”, avaliou Fernandes para o Correio da Manhã.

Contudo, o cientista político pondera que, caso a principal discussão referente à Venezuela venha a ser “o combate à ditadura Maduro, candidatos de esquerda tendem a ficar mais prejudicados”.

O cientista político Elias Tavares ponderou ao Correio da Manhã que o conflito representa maior influência “no plano da narrativa do que no comportamento direto do voto”.

“Não é um tema que, isoladamente, vá decidir a eleição, mas ele ajuda a organizar discursos, identidades políticas e estratégias de campanha, especialmente em um ambiente já polarizado”, afirmou o analista.

“Isso não se converte automaticamente em ganho de votos”, reforçou.



Ricardo Stuckert / PR

Relações de Lula com Maduro devem ser exploradas